Texto para Discussão

2412

Rio de Janeiro, setembro de 2018

ipea
SUMÁRIO EXECUTIVO

ANÁLISE DOS IMPACTOS DO PRONAF NA AGRICULTURA DO BRASIL NO PERÍODO DE 2007 A 2016

Jair Andrade Araujo
Pesquisador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea; e professor do Departamento de Economia Agrícola da Universidade Federal do Ceará (UFC). *E-mail*: <jairandrade@ufc.br>.

José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho
Técnico de planejamento e pesquisa na Dirur/Ipea; e professor do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio na Universidade de Brasília (UnB). *E-mail*: <jose.vieira@ipea.gov.br>.

Este estudo propõe analisar os choques do crédito rural ofertados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na agricultura e na pecuária nos estados brasileiros no período de 2007 a 2016. Considerado um dos principais instrumentos da política agrícola no Brasil, o Pronaf atua como um importante incentivo para os produtores rurais no país através das transferências de recursos, desde o final dos anos 1990. Entretanto, o programa necessita de uma reestruturação para se adequar aos seus objetivos de redução da pobreza e de ampliação da renda do agricultor final. Por exemplo, é necessário redefinir a legislação que distingue os agricultores familiares, de forma a não criar viés de seleção no grupo da população de tratados. Os critérios para estratificar os agricultores não podem inviabilizar o crescimento da atividade produtiva, nem mesmo se restringir ao tamanho da área ou às formas de contrato de mão de obra, tal como vigora na lei que definiu a agricultura familiar.

De todo modo, a evolução do crédito fornecido por meio do Pronaf teve como objetivo, de forma clara, fomentar a modernização dos dois setores, agrícola e pecuário, assim como aprimorar a utilização de novas tecnologias oriundas dos investimentos e do custeio para a expansão prática da produtividade em cada segmento. Ademais, buscou-se ampliar o emprego e a renda na economia agrícola no segmento. Nessa perspectiva, estimaram-se os procedimentos metodológicos para o modelo de vetores autorregressivos em painel (*panel vector autoregressive model* – PVAR) tradicional, o qual buscou captar os possíveis efeitos espaço-temporais das estimações, a fim de compreender as consequências dos choques de crédito rural sobre a agropecuária e pecuária para os estados brasileiros no período estudado.

Por meio das informações oriundas do Banco Central do Brasil (BCB) e Instituto Brasileiro e Geografia e estatística (IBGE), os resultados indicam que o impulso-resposta da área plantada, do valor da produção e da produtividade da terra, a um choque no valor do crédito, gerou um retorno positivo durante um período, até mudar de direção e convergir a zero depois do sexto período. No entanto, encontram-se resultados opostos quando ocorre o choque na quantidade de contratos do Pronaf para a agricultura. Conclui-se, assim, que o programa não estimula o agricultor a diversificar sua produção, o que compromete a promoção do desenvolvimento e a redução da pobreza rural, que, portanto, precisa ser reestruturada.

Por fim, diante do comportamento heterogêneo do crédito rural distribuído ao longo do tempo no Brasil e apesar das evidências encontradas nas estimações, as conclusões devem ser vistas com cautela. Uma vez que, por meio desses métodos, não se pode inferir se a eficiência técnica e a produtividade dos produtores rurais acompanham o crescimento oriundo das variáveis representantes do Pronaf, pois não foram utilizadas metodologias de avaliação de impacto por meio de modelos com grupos de controle. Mesmo assim, tais evidências oferecem uma noção do comportamento da produção agrícola e pecuária frente às políticas de crédito rural, nesse caso, créditos oriundos do Pronaf.

SUMÁRIO EXECUTIVO